

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024

CONTRATANTE (UASG) [102151] - [CEPEUSP]

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DE MANUTENÇÃO E DE CONSTRUÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 34.184,40

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/10/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço / por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Link: www.compras.gov.br



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

CEPEUSP / CENTRO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Processo SEI nº 154.00005488/2024-10

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio CEPEUSP / CENTRO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **fornecimento** de **MATERIAIS ELÉTRICOS, DE MANUTENÇÃO E DE CONSTRUÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em **GRUPOS/LOTES**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotos forem de seu interesse. Os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo/lote disputado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Para todos os itens/grupos a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
 - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.7. Será permitida a participação de:

- 2.8. O impedimento de que trata o subitem **2.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.6.2** e **2.6.3** poderão participar no apoio das atividades de



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.12. A vedação de que trata o item **2.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.12.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor unitário e total** do item.
 - 4.1.2. Marca.
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.

- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$1,00 (um real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
 - 5.21.2.2. empresas brasileiras.
 - 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

 - 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
 - 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.22.3. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.
 - 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.1.1. SICAF.
 - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
 - 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
 - 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **7.1.4**, será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
 - 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Será desclassificada a melhor proposta que:
 - 6.5.1. conter vícios insanáveis.
 - 6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
 - 7.4.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
 - 7.4.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.10.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.12.1**.
- 7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.sei.sp.gov.br ou mediante solicitação formal via e-mail: compras-cepe@usp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
 - 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelos seguintes meios: compras-cepe@usp.br**
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.usp.br/licitacoes.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial
 - 11.12.3. ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

SÃO PAULO, 02 de OUTUBRO de 2024

Jose Carlos Simon Farah (51856)
DIRETOR CEPEUSP



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA -

TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO - PREGÃO

OBSERVAÇÃO: Trata-se de minuta adaptada pelo Estado de São Paulo e aprovada pela PGUSP. As orientações e notas explicativas da União somente são aplicáveis à presente minuta quando forem compatíveis com a redação nela adotada, e com a legislação específica do Estado de São Paulo.

CEPEUSP

Processo SEI nº 154.00005488/2024-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAIS ELÉTRICOS, DE MANUTENÇÃO E DE CONSTRUÇÃO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Fio Elétrico 1,5mm Preto Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Preta Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:1,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,7mm Diâmetro Nominal Externo:	316377	Rolo 100m	4	R\$175,33	R\$701,32



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		2,9mm Normas Aplicáveis: NBR NM 280 e NBR NM 247-2					
1	2	Fio Elétrico 1,5mm Vermelho Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Vermelha Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:1,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,7mm Diâmetro Nominal Externo: 2,9mm Normas Aplicáveis: NBR NM 280 e NBR NM 247-2	409292	Rolo 100m	4	R\$148,78	R\$595,12
1	3	<u>Fio Elétrico 1,5mm Amarelo</u> Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Amarela Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:1,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,7mm Diâmetro	409292	Rolo 100m	4	R\$145,74	R\$582,96



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		Nominal Externo: 2,9mm Normas Aplicáveis: NBR NM 280 e NBR NM 247-2					
1	4	Fio Elétrico 1,5mm Azul Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Azul Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:1,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,7mm Diâmetro Nominal Externo: 2,9mm Normas Aplicáveis: NBR NM 280 e NBR NM 247-2	409292	Rolo 100m	4	R\$161,97	R\$647,88
1	5	Fio Elétrico 2,5mm Preto Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Preta Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:2,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,8mm Diâmetro	327971	Rolo 100m	5	R\$210,41	R\$1052,05



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		Nominal Externo: 3,4mm Normas Aplicáveis: Conforme NBR 6148					
1	6	Fio Elétrico 2,5mm Branco Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Branca Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:2,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,8mm Diâmetro Nominal Externo: 3,4mm Normas Aplicáveis: Conforme NBR 6148	428656	Rolo 100m	5	R\$260,95	R\$1304,75
1	7	Fio Elétrico 2,5mm Vermelho Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Vermelha Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:2,5mm Espessura Nominal da Isolação:	327201	Rolo 100m	5	R\$213,09	R\$1065,45



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		0,8mm Diâmetro Nominal Externo: 3,4mm Normas Aplicáveis: Conforme NBR 6148					
1	8	<u>Fio Elétrico 2,5mm Amarelo</u> Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Amarela Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:2,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,8mm Diâmetro Nominal Externo: 3,4mm Normas Aplicáveis: Conforme NBR 6148	448725	Rolo 100m	5	R\$240,04	R\$1200,20
1	9	<u>Fio Elétrico 2,5mm Azul</u> Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Azul Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio:2,5mm Espessura Nominal da Isolação:	428654	Rolo 100m	5	R\$216,91	R\$1084,55



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		0,8mm Diâmetro Nominal Externo: 3,4mm Normas Aplicáveis: Conforme NBR 6148					
1	10	<u>Fio Elétrico 2,5mm Verde</u> Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Branca Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio: 2,5mm Espessura Nominal da Isolação: 0,8mm Diâmetro Nominal Externo: 3,4mm Normas Aplicáveis: Conforme NBR 6148	428655	Rolo 100m	3	R\$203,02	R\$609,06
1	11	<u>Fio Elétrico 1,5mm Branco</u> Material: fios de Cobre, têmpera mole, extra flexível Cor da capa: Branca Material do isolamento capa: PVC resistente a propagação de chamas Tipo: Flexível, Deslizante, Não Propaga Chamas Tensão de Isolamento: 750V Espessura do fio: 1,5mm Espessura	409292	Rolo 100m	4	R\$157,42	R\$629,68



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		Nominal da Isolação: 0,7mm Diâmetro Nominal Externo: 2,9mm Normas Aplicáveis: NBR NM 280 e NBR NM 247-2					
2	12	<u>Rele foto Elétrico</u> Material: Polipropileno Funcionamento: Aciona a carga durante a noite e desliga durante o dia Tensão:220v Potencia:1000w Lux para ligar: Menor que 20 Lux. Lux para desligar: menor que 80 Lux Índice de proteção: IP 55 Filtro de tempo: impede acionamento indevido devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens, etc. Tempo de retardo de 1 minuto a 5 minutos para comutação dos cantos. Garantia Mínima: 12 meses	615337	unidade	30	R\$22,57	R\$677,10
2	13	<u>Fita Isolante</u> Material: Adesivo em PVC Auto Extinguível Cor: Preta Aplicação: Até 750v Tamanho: 20m de comprimento Largura: 19mm Espessura:0,18mm	446916	unidade	100	R\$13,15	R\$1315,00
2	14	<u>Chuveiro elétrico</u> <u>5500W</u> Matéria prima: Polipropileno	614569	unidade	25	R\$83,42	R\$2085,50



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		Tensão: 220v Potencia: 5500w Cor: Branca Rosca de entrada: 1/2' Formato: Redondo Controle de Temperatura: Multitemperatura Normalização: Atende as normas do INMETRO e NBR 12483 Garantia Mínima: 12 meses					
2	15	Eletroduto ¾ Galvanizado a Fogo Material: Aço carbono galvanizado a fogo Unidade: Barra com 3m de comprimento Diâmetro: 3/4' Tipo: Rígido Parede: 0,90 a 1,5mm Tipo de rosca: BSP com uma luva Normatização: Conforme NBR 5598	614414	unidade	30	R\$40,90	R\$1227,00
2	16	Condutele 3/4" Tipo E Duplo Material: Liga de Alumínio Diâmetro: 3/4" Dimensões: Altura: 51mm, Largura: 108mm, Comprimento: 116mm Tipo: Duplo, Tipo E Tampa: com tampa cega Rosca: Sem rosca, fixação por parafuso de aperto	458397	unidade	15	R\$25,96	R\$389,40
2	17	Condutele 3/4 Tipo C Duplo Material: Liga de Alumínio	267038	unidade	15	R\$26,63	R\$399,45



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		Diâmetro: 3/4" Dimensões: Altura: 51mm, Largura: 108mm, Comprimento: 116mm Tipo: Duplo, Tipo C Tampa: com tampa cega Rosca: Sem rosca, fixação por parafuso de aperto					
2	18	<u>Interruptor Duplo Simples</u> Matéria prima: Pvc Cor: Branca Tipo: de embutir Teclas: 2 Teclas independentes Capacidade elétrica: 10A /250v Normatização: Certificação INMETRO	452736	unidade	10	R\$14,67	R\$146,70
2	19	<u>Chuveiro elétrico 7500w</u> Matéria prima: Polipropileno Tensão: 220v Potencia: 7500w Cor: Branca Rosca de entrada: 1/2' Formato: Redondo Controle de Temperatura: Por haste com regulagem Gradual Normalização: Atende as normas do INMETRO e NBR 12483 Característica 1: com Tela filtro retentora de resíduos e sistema de aterramento.	441645	unidade	25	R\$112,79	R\$2819,75



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

2	20	<u>Multímetro (Alicate Amperímetro)</u> Matéria prima: Plástico resistente, Tipo: alicate amperímetro digital portátil 1000V De acordo com IEC 1010- 1 CAT III 1000V, Funções DATA HOLD,TRUE RMS,PEAK HOLD,MAXIMO E MINIMO Visor: LCD COM BACKLIGHT CORRENTE: FAIXA DE CORRENTE AC (GARRA FIXA) ATE 1000A, FAIXADE CORRENTE AC (GARRA FLEXIVEL) ATE 2500A TENSAO I: AC/DC 1000V TENSAO II: FREQUENCIA 500 HZ, CAPACITANCIA 1000MICROF RESISTENCIA: RESISTENCIA 60000 OHM TESTE: C/ INRUSH, FILTRO PASSA BAIXA, CONTINUIDADE MENOR OU IGUAL 30 OHM GARRA: GARRA DE CORRENTE FLEXIVEL, PONTAS DE PROVA, 2 BATERIAS AA CONDUTOR: ESTOJO P/ TRANSPORTE, MANUAL DE OPERACAO Garantia Mínima: 12 meses	604460	unidade	1	R\$297,76	R\$297,76
---	----	---	--------	---------	---	-----------	-----------



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

3	21	Areia Fina Lavada e Peneirada para tanque de Saltos a Distância	216953	Metro Cubico	5	R\$196,49	R\$982,45
3	22	ARGAMASSA UNIDADE DE COMPRA: SACO_DE 20 QUILOGRAMA MATERIA-PRIMA: DE CIMENTO, AGREGADOS MINERAIS, ADITIVO ESPECIAL NAOTOXICO UTILIZACAO DA ARGAMASSA: PARA ASSENTAMENTO DE PLACAS CERAMICAS COR: NA COR BRANCA NORMALIZACAO: CONFORME NBR 14081 CARACTERISTICA 1: USO INTERNO, TIPO ARGAMASSA COLANTE AC I	616923	Saco de 20kg	10	R\$18,77	R\$187,70
3	23	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-F) UNIDADE DE COMPRA: SACO 50 QUILOGRAMA MATERIA-PRIMA: COMPOSTO COM FILER CLASSE DE RESISTENCIA: COM RESISTENCIA DE 25 MPA MATERIAL CARBONATICO: C/ FAIXA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL CARBONATICO DE 6-10% EMBALAGEM/PESO:	327367	Saco 50kg	10	R\$33,43	R\$334,30



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		EMBALAGEM EM SACOS DE PAPEL TIPO "KRAFT" RESIDUO INSOLUVEL: COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE RESIDUO INSOLUVEL MENOR OU IGUAL A 2,5% NORMATIZACAO: NORMATIZACAO CONFORME NBR 11578, EB-208, MB-1153, ETC.					
4	24	<u>BROCA HELICOIDAL ½"</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 1/2"	362497	unidade	10	R\$27,44	R\$274,40
4	25	<u>BROCA HELICOIDAL 4mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 4 MM FORMATO: HASTE PARALELA	321588	unidade	10	R\$8,65	R\$86,50
4	26	<u>BROCA HELICOIDAL 6mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: DIAMETRO DE 6,00 MM FORMATO: HASTE CONICA COMPRIMENTO: COMPRIMENTO :93 MM FINALIDADE: UTILIZADA PARA	443316	unidade	10	R\$10,11	R\$101,10



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		PERFURAR METAIS, EM TORNO MECANICO,TORNO CNC E EM FURADEIRA DE COLUNA					
4	27	<u>BROCA HELICOIDAL 8mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: DIAMETRO DE 8 MM FORMATO: HASTE CILINDRICA, EXTRA LONGA COMPRIMENTO: 305 MM FINALIDADE: PARA METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS	443318	unidade	10	R\$16,94	R\$169,40
4	28	<u>BROCA HELICOIDAL 10mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: 10 MM FORMATO: HASTE CILINDRICA, EXTRA LONGA COMPRIMENTO: 340 MM FINALIDADE: PARA METAIS FERROSOS E NÃO FERROSOS	443319	unidade	10	R\$30,76	R\$307,60
4	29	<u>BROCA HELICOIDAL 12mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 12 MM,HASTE PARALELA	440282	unidade	10	R\$39,09	R\$390,90

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

4	30	<u>BROCA HELICOIDAL 6,5mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO RAPIDO DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 6,5 MM FORMATO: HASTE PARALELA	483870	unidade	10	R\$9,94	R\$99,40
4	31	<u>BROCA HELICOIDAL 2mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE AÇO RAPIDO HSS, TRATAMENTO ESPECIAL EM NITRETO DE TITANIO DIAMETRO: DIAMETRO 2MM, ANGULO DA PONTA 118° FORMATO: HASTE PARALELA, CONFORME DIN 338 COMPRIMENTO: COMPRIMENTO DA HELICE 24 MM, COMPRIMENTO TOTAL 49MM FINALIDADE: PARA FURAR ACO INOXIDAVEL	389938	unidade	10	R\$5,47	R\$54,70
4	32	<u>BROCA PARA CONCRETO 6mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO STANDARD MEDIDA: DE 6 MM	389915	unidade	10	R\$6,23	R\$62,30
	33	<u>BROCA PARA CONCRETO 8mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE	389916	unidade	10	R\$12,12	R\$121,20



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		TIPO: TIPO STANDARD MEDIDA: DE 8 MM					
4	34	<u>BROCA PARA CONCRETO 10mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO STANDARD MEDIDA: DE 10 MM	389922	unidade	10	R\$9,54	R\$95,40
4	35	<u>BROCA PARA CONCRETO 12mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO STANDARD MEDIDA: DE 12 MM	389923	unidade	10	R\$10,69	R\$106,90
4	36	<u>BROCA PARA CONCRETO 6mm sds plus</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO DE ENCAIXE SDS PLUS MEDIDA: DE 6MM DE DIAMETRO, 150MM DE COMPRIMENTO UTIL E 210MM DE COMPRIMENTO TOTAL	473242	unidade	10	R\$15,01	R\$150,10
4	37	<u>BROCA PARA CONCRETO 8mm sds plus</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO SDS (ENCAIXE RAPIDO), CORPO EM ACO CROMO VANADIO COM PASTILHA DE METAL NA PONTA (WIDEA) MEDIDA: DE 8MM DE DIAMETRO,	610000	unidade	10	R\$16,52	R\$165,20

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

		COM COMPRIMENTO DE 210MM					
4	38	<u>BROCA PARA CONCRETO 10mm sds plus</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO SDS (ENCAIXE RAPIDO), CORPO EM ACO CROMO VANADIO COM PASTILHA DE METAL NA PONTA (WIDEA) MEDIDA: DE 10MM DE DIAMETRO, COM COMPRIMENTO DE 210MM	342482	unidade	10	R\$19,89	R\$198,90
4	39	<u>BROCA PARA CONCRETO 12mm sds plus</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO DE ENCAIXE SDS-PLUS, COM PASTILHA DE METAL DURO, CORPO EM ACO CORMO-VANADIO MEDIDA: DE 12 MM DE DIAMETRO, COMPRIMENTO UTIL DE 100 MM, COMPRIMENTO TOTAL DE 210	342485	unidade	10	R\$26,06	R\$260,60
4	40	<u>BROCA PARA CONCRETO 14mm sds plus</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE TIPO: TIPO TIPO DE ENCAIXE SDS MEDIDA: DE DE DIAMETRO 14 MM,	617842	unidade	10	R\$26,03	R\$260,30



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		COMPRIMENTO 210 MM					
4	41	<u>DISCO DE CORTE</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO DIAMETRO: 115 MM FURO CENTRAL: FURO CENTRAL 22,23 MM ESPESSURA: ESPESSURA 1 MM TELA DE REFORÇO: COM REFORÇO DE 2 TELAS UTILIZACAO: PARA CORTE DE ACO E METAIS FERROSOS, PARA USO EM ESMERILHADEIRA ANGULAR NORMALIZACAO: CONFORME ABNT-NBR-15230	456292	unidade	30	R\$40,55	R\$1216,50
4	42	<u>DISCO LIXA</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE OXIDO DE ALUMINIO DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 4 1/2" FURO CENTRAL: FURO CENTRAL 7/8" TIPO: DO TIPO FOLHA COM COSTADO DE FIBRA MODELO: COM GRANULOMETRIA NUMERO 50, CONFORME ABNT ISO 21950 FINALIDADE: FIXADO EM SUPORTE DE LIXADEIRA ANGULAR PARA	481666	unidade	15	R\$26,90	R\$403,50

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

		DESBASTE E ACABAMENTO DE LIGAS DE METAIS FERROSOS					
4	43	<u>DISCO LIXA</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE OXIDO DE ALUMINIO, COSTADO DE FIBRA DIAMETRO: COM DIAMETRO DE 178 MM - 7 POLEGADAS FURO CENTRAL: COM DIAMETRO DO FURO DE 22 MM - 7/8 POLEGADAS TIPO: DO TIPO SECO MODELO: COM GRANULOMETRIA NUMERO 120 FINALIDADE: UTILIZADO PARA DESBASTE DE FERRO	451068	unidade	15	R\$18,23	R\$273,45
4	44	<u>DISCO DE CORTE</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE OXIDO DE ALUMINIO DIAMETRO: DIAMETRO DE 7" (APROXIMADAMENTE 177,8 MM) FURO CENTRAL: FURO CENTRAL DE 7/8" (APROXIMADAMENTE 22,23MM) ESPESSURA: ESPESSURA DE 1/8" (APROXIMADAMENTE 3,1 MM) UTILIZACAO: PARA ESMERILHADEIRA	311625	unidade	30	R\$14,20	R\$426



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		NORMALIZACAO: CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES					
4	45	<u>DISCO DE CORTE</u> <u>DIAMANTADO</u> <u>TURBO</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DIAMANTADO, MODELO TURBO DIAMETRO: DIAMETRO DE 4 3/8" (110MM) FURO CENTRAL: FURO CENTRAL DE 20MM ESPESSURA: ESPESSURA DE 2,0MM RPM: ROTACAO MAXIMA DE 15.000RPM UTILIZACAO: PARA CORTE DE MATERIAIS REFRATARIOS NORMALIZACAO: CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES	462152	unidade	10	R\$18,46	R\$184,60
4	46	<u>DISCO DE CORTE</u> <u>DIAMANTADO</u> <u>SEGMENTADO</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DIAMANTADO, SEGMENTADO DIAMETRO: DIAMETRO DE 115 MM FURO CENTRAL: FURO CENTRAL DE 22,22 MM (7/8") ESPESSURA: ESPESSURA DE 1,2 MM RPM: RPM MAXIMO 13.300	463236	unidade	10	R\$15,50	R\$155,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		UTILIZACAO: CORTE A SECO PORCELANATO, ACABAMENTO SEM LASCAS NORMALIZACAO: CONFORME NBR/ABNT VIGENTES					
4	47	<u>DISCO DE CORTE</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE OXIDO DE ALUMINIO DIAMETRO: DIAMETRO DE 12" FURO CENTRAL DE 3/4" ESPESSURA: ESPESSURA DE 1/8" TELA DE REFORCO: REFORCO COM 02 TELAS UTILIZACAO: PARA CORTE DE ACO E METAIS FERROSOS EM GERAL NORMALIZACAO: CONFORME NBR/ABNT VIGENTES	604371	unidade	20	R\$24,82	R\$496,40
4	48	<u>BUCHA C/ PARAFUSO</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO GALVANIZADO, CABECA PHILIPS DIAMETRO DO PARAFUSO: COM DIAMETRO DE 3,5MM COMPRIMENTO DO PARAFUSO: MEDINDO 40MM DE COMPRIMENTO MATERIA PRIMA DA BUCHA: COM BUCHA DE POLIAMIDA NUMERO DA BUCHA:	394747	Pacote com 50 unidades	1	R\$60,00	R\$60,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		NUMERO FU-6 PARA TIJOLO OCO					
4	49	<u>BUCHA C/ PARAFUSO</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE ACO GALVANIZADO, CABECA PHILIPS DIAMETRO DO PARAFUSO: COM DIAMETRO DE 6MM COMPRIMENTO DO PARAFUSO: MEDINDO 75MM DE COMPRIMENTO MATERIA PRIMA DA BUCHA: COM BUCHA DE POLIAMIDA NUMERO DA BUCHA: NUMERO FU-10 PARA TIJOLO OCO	394750	Pacote com 50 unidades	1	R\$57,50	R\$57,50
4	50	<u>BUCHA C/ PARAFUSO</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE PARAFUSO CABECA PHILIPS EM ACO GALVANIZADO DIAMETRO DO PARAFUSO: COM DIAMETRO DE 05MM COMPRIMENTO DO PARAFUSO: MEDINDO 65MM DE COMPRIMENTO MATERIA PRIMA DA BUCHA: COM BUCHA DE POLIAMIDA NUMERO DA BUCHA: NUMERO FU-8 PARA TIJOLO OCO	394748	Pacote com 50 unidades	1	R\$50,50	R\$50,50

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

4	51	<u>CHUMBADOR</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATÉRIA-PRIMA: DE ACO ZINCADO TIPO: MECANICO MODELO: MODELO C/CB/CBA COMPONENTES: ACOMPANHA PARAFUSO, ARRUELA, JAQUETA E CONE DIÂMETRO CHUMBADOR/FURO: DIAMETRO 1/4" DIÂMETRO/COMPRI M DA ROSCA: COMPRIMENTO 2" APLICAÇÃO: EXPANSÃO POR TORQUE UTILIZAÇÃO: PARA SER UTILIZADO EM CONCRETO OU ALVENARIA	610833	unidade	30	R\$2,24	R\$67,20
5	52	<u>Tinta Epoxi</u> 6 latas Branco 6 latas azul França UNIDADE DE COMPRA: GALÃO 3.60 LITRO TIPO: MONOCOMPONENTE , DILUENTE AGUA RENDIMENTO: RENDIMENTO MÍNIMO DE 70M ² POR GALÃO (3,6 L) ACABAMENTO: BRILHANTE PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 24 MESES NA DATA DO RECEBIMENTO	482670	Galão 3,6l	12	R\$265,73	R\$3188,76



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

5	53	<u>TINTA ESMALTE</u> <u>PARA CONSTRUCAO</u> <u>CIVIL COR</u> <u>VERMELHO</u> <u>NOTACAO MUNSELL</u> UNIDADE DE COMPRA: GALAO 3.60 LITRO ACABAMENTO: ACABAMENTO BRILHANTE,SECAGEM RAPIDA AO TOQUE DE NOMAXIMO 1 HORA,DEVENDO APRESENTAR A FICHA TECNICA COR: NA 5 R 4/14 (COMERCIALMENTEV ERMELHO SEGURANCA) TIPO: SINTETICO,DESEMPE NHO PREMIUM, DILUICAO EM AGUA, SEM CHEIRO APLICAÇÃO: PARA USO INTERNO E EXTERNO DE SUPERFICIES METALICAS,GALVANI ZADAS,MADEIRAS,AL VENARIA,ALUMINIO E PVC PROPRIEDADES: OUTROS ADITIVOS E AGUA,RENDIMENTO MINIMODE 55 M2/GALAO/DEMAO, VISCOSIDADE ENTRE 75 A 85UK COMPLEMENTO: E FICHA FISPQ DO PRODUTO, COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO 24 MESES A PARTIR DO	375235	Galão 3,6l	5	R\$142,17	R\$710,85
---	----	---	--------	------------	---	-----------	-----------



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		RECEBIMENTO LEGISLAÇÃO: CONFORME CONFORME NORMA DE CLASSIFICACAO ABNT NBR 11702 TIPO 4.2.1.2 OU SUPERIOR					
5	54	<u>TINTA ESMALTE PARA CONSTRUCAO CIVIL COR BRANCO</u> UNIDADE DE COMPRA: GALAO 3.60 LITRO ACABAMENTO: ACABAMENTO BRILHANTE COR: NA COR BRANCO TIPO: SINTETICO AUTOMOTIVO APLICAÇÃO: PARA SUPERFICIES METALICAS COMPOSIÇÃO: A BASE DE A BASE DE SOLVENTE PROPRIEDADES: DILUICAO EM SOLVENTE (THINNER) COMPLEMENTO: SECAGEM RAPIDA LEGISLAÇÃO: CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES PRAZO DE VALIDADE MINIMO 24 MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO	341814	Galão 3,6l	5	R\$122,95	R\$614,75
5	55	<u>FITA ADESIVA CREPE</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE PAPEL CREPE	315486	unidade	15	R\$12,05	R\$180,75



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		TRATADO E ADESIVADO A BASE DE RESINA E BORRACHA TAMANHO: MEDINDO (50MMX50M), ADESAO EM PLACA DE ACO INOX MINIMA DE 0,650KGF/25MM, RESISTENCIA A TRACAO 6,0KG. COR: ALONGAMENTO NA RUPTURA MINIMA DE 10,5%,ESPESSURA DE 0,15MM, NA COR CREME TIPO: PARA USO GERAL E PROTECAO PARA PINTURA					
5	56	<u>FITA ADESIVA CREPE</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA PRIMA: DE PAPEL CREPE TRATADO E ADESIVADO A BASE DE RESINA E BORRACHA TAMANHO: MEDINDO (19MMX50M), ADESAO EM PLACA DE ACO INOX MINIMA DE 0,630KGF/19MM, RESISTENCIA A TRACAO 4,7KGF. COR: ALONGAMENTO NA RUPTURA MINIMA DE 9,0%, ESPESSURA DE 0,15MM, NA COR CREME TIPO: PARA	350646	unidade	15	R\$6,21	R\$93,15

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

		USO GERAL E PROTECAO PARA PINTURA, SUPORTANDO A TEMPERATURA DE ATE 140°C					
6	57	<u>COLHER DE PEDREIRO</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE APLICACAO: PARA USO EM CONSTRUCAO CIVIL MATERIA PRIMA: EM ACO SAE 5160,TEMPERADA E REVENIDA,INTERICA, ACABAMENTO POLIDO LAMINA: MEDINDO 9 POLEGADAS,(110X36 0)MM CABO: EM MADEIRA MARFIM TRATADO	483243	unidade	5	R\$21,30	R\$106,50
6	58	<u>ESCOVA PARA LIMPEZA</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE UTILIZACAO: REMOVER RESIDUOS MODELO: FORMATO RETANGULAR BASE: BASE DE MADEIRA CERDAS: COM CERDAS DE ACO, 6 FILEIRAS TIPO DO CABO: SEM CABO	297196	Unidade	10	R\$12,16	R\$121,60
6	59	<u>ESCOVA MANUAL</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE BASE: COM CORPO DE MADEIRA DE PRIMEIRA QUALIDADE CABO:	482920	Unidade	10	R\$16,38	R\$163,80

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

		CABO EM MADEIRA COM FURO DE 10 MM PARA PENDURAR DIMENSOES: COMPRIMENTO TOTAL DO CORPO: 295 MM TUFOS: TUFOS EM ARAME DE LATAO ONDULADO COM 0.30 MM DE DIAMETRO E 25 MM DE COMPRIMENTO NUMERO DE FILEIRAS: COM 4 FILEIRAS NUMERO TUFOS POR FILEIRA: E 14 TUFOS POR FILEIRA COMPLEMENTO: PARA LIMPEZA EM GERAL, REMOCAO DE FERRUGEM E PINTURAS.					
6	60	<u>ELETRODO DE SOLDA</u> UNIDADE DE COMPRA: LATA 20 QUILOGRAMA COMPOSICAO: COMPOSICAO: C=0,09%, SI=0,10% E MN=0,30% BITOLA: DIAMETRO 2,5 MM TIPO: TIPO E6010 COMPRIMENTO: COMPRIMENTO 350MM NORMA TECNICA: CONFORME CLASSIFICACAO ASME SFA 5.1	368119	Lata 20 quilos	2	R\$983,78	R\$1967,56
6	61	<u>CADEADO 25mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA-PRIMA DO	391565	unidade	5	R\$18,28	R\$91,40

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]**

		CORPO: CORPO DE LATÃO MACIÇO LARGURA DO CORPO: LARGURA MINIMA DE 25 MM ALTURA DO CORPO: ALTURA MINIMA DE APROXIMADAMENTE 26 MM ESPESSURA DO CORPO: ESPESSURA MINIMA DE APROXIMADAMENTE 13 MM MATERIA-PRIMA DA HASTE: HASTE DE ACO COM REVESTIMENTO CROMADO OU SIMILAR ALTURA DA HASTE: ALTURA MINIMA DE APROXIMADAMENTE 17 MM					
6	62	<u>CADEADO 35mm</u> UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA-PRIMA DO CORPO: CORPO DE LATAO MACICO LARGURA DO CORPO: LARGURA MINIMA DE 35MM ALTURA DO CORPO: ALTURA MINIMA DE 33MM ESPESSURA DO CORPO: ESPESSURA MINIMA DE APROXIMADAMENTE 14,5MM MATERIA-PRIMA DA HASTE: HASTE DE ACO ALTURA DA HASTE: ALTURA MINIMA DE	242596	unidade	5	R\$25,26	R\$126,30



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

		APROXIMADAMENTE 23MM					
6	63	CADEADO 40mm UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE MATERIA-PRIMA DO CORPO: CORPO DE EM LATAO MACIÇO LARGURA DO CORPO: LARGURA MINIMA DE MINIMO DE 40 MM ALTURA DO CORPO: ALTURA MINIMA DE MINIMO DE 33 MM ESPESSURA DO CORPO: ESPESSURA MINIMA DE MINIMO DE 14 MM MATERIA- PRIMA DA HASTE: HASTE DE EM AÇO CEMENTADA ALTURA DA HASTE: ALTURA MINIMA DE MINIMO DE 22 MM	311393	unidade	5	R\$37,66	R\$188,30

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 dias corridos**, contados do(a) data de recebimento da notificação de **fornecimento**, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 dia(s)** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço **Av. Prof. Mello Moraes, 661- Cidade Universitária - São Paulo / SP - Cidade Universitária - São Paulo - SP - CEP 05508110 - Seção de Compras - Compras - bloco Velódromo - Térreo - sala 44**
- 5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **12 meses**, ou a **dois terços** do prazo total recomendado pelo fabricante.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

- 7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:

- a) O recebimento definitivo do objeto;
- b) A entrega da documentação fiscal completa;
- c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

- 7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

- 7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

- 7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.

- 7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

- 7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

- 7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

- 7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO]**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.12. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.27. Registro ou inscrição do fornecedor na entidade profissional, em plena validade.
- 8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.28. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.
- 8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

- 8.29. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.29.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.29.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 34.184,40 (trinta e quatro mil cento e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

SÃO PAULO, 02 de OUTUBRO de 2024.

BRUNO NOBREGA DE MORAES PINTO
COMPRAS CEPEUSP



ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL –

Razão Social / Logotipo do Fornecedor

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					
5					
6					

Validade da proposta de 60 dias;
Dados bancários:
Banco do Brasil S/A;
Agencia;
Número da conta;
Condições de pagamento: 28 dias corridos;
Prazo de entrega: 15 dias

Razão Social;
CNPJ:
Assinatura.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97588/2024 – [CEPEUSP]



ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código QBV1-TBT5-N4X2-QBAT no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/QBV1-TBT5-N4X2-QBAT>

Bruno Nobrega de Moraes Pinto

Nº USP: 7116210

Data: 02/10/2024 13:53

Perfil assinante:: CHEFE SERVIÇO DE COMPRAS/ALMOXARIFADO

Jose Carlos Simon Farah

Nº USP: 51856

Data: 02/10/2024 14:24

Perfil assinante:: DIRETOR CEPEUSP